

<b>Evento</b>	Reunião da Comissão de Acessibilidade e Inclusão
<b>Data</b>	22/1/2025
<b>Horário</b>	14h
<b>Local</b>	Telepresencial pelo Google Meet
<b>Presentes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo;</li><li>- Juíza Auxiliar da Presidência, Ana Claudia Pires Ferreira de Lima;</li><li>- Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional, Daniela Macia Ferraz Giannini;</li><li>- Juiz Substituto Rafael de Almeida Martins;</li><li>- Juíza Substituta Flávia Farias de Arruda Corseuil;</li><li>- Coordenadora de Informações Funcionais de Servidores, Giuliana Pardo Policastro La Guardia;</li><li>- Servidor da Área de Saúde e Fisioterapia, Fauzi El Kadri Filho;</li><li>- Servidor da Área de Assistência Social, Gilberto Antonio Semensato;</li><li>- Servidor da Área de Comunicação Social, Roberto Torres Babini;</li><li>- Servidor da Área de Engenharia e Arquitetura, Evison Gomes de Vasconcelos;</li><li>- Servidor da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Maurício Bonilha Orsi;</li><li>- Servidor da Assessoria de Gestão Estratégica, Yury Sampaio Silva;</li><li>- Servidor da Secretaria de Tecnologia da Informação de Comunicações, Marcos Geraldo de Castro Justino;</li><li>- Servidor do Gabinete da Juíza Substituta Flávia Farias de Arruda Corseuil, Jairo Maurano Machado;</li><li>- Servidor da Seção de Classificação de Processos e Diligências Internas, Jorge Kamal Castro Kfourir;</li><li>- Servidor da 1ª Vara do Trabalho de Assis, Rafael Trombini Sanguini;</li><li>- Servidor do Gabinete da Desembargadora Rita de Cássia Penkal Bernardino de Souza, Rodolfo Jose Andrello;</li><li>- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.</li></ul>
<b>Ausências justificadas</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>- Juiz Titular da 12ª Vara do Trabalho de Campinas, André Augusto Ulpiano Rizzardo;</li><li>- Servidora da Área de Psicologia, Adelina Maria Pessinatti Ohashi;</li><li>- Servidora da 1ª Seção de Apoio à 3ª Assessoria de Execução de Campinas, Fabiana de Araújo Guerra Grangeia;</li><li>- Servidora da Vara do Trabalho de Tietê, Mercia das Virgens Santos;</li><li>- Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região - SINDIQUINZE, José Aristéia Pereira.</li></ul>
<b>Pauta / Assuntos</b>	<ol style="list-style-type: none"><li>1- Relatório anual de 2024;</li><li>2- Ciência da <a href="#">Portaria GP 101/2024</a>, com composição atualizada e nomenclatura da Comissão;</li><li>3- Ciência do <a href="#">Ato Regulamentar GP 022/2023</a>, com atribuições do antigo Subcomitê, o qual será adequado para Comissão;</li><li>4- Calendário anual de reuniões para 2025;</li><li>5- Calendário/planejamento de ações;</li><li>6 - <a href="#">PROAD 21259/2024</a> - Análise sobre cumprimento da Resolução CSJT 386/2024;</li><li>7 - <a href="#">PROAD 22358/2024</a> - Levantamento do aprimoramento dos níveis de acessibilidade e inclusão, com apuração dos dados atuais e dos projetos em andamento, a partir do art. 17 da Resolução CSJT 386/2024. Ciência da Comissão para apoio aos estudos da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade com as áreas técnicas.</li></ol>

A Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação.

Contou que agora o antigo Subcomitê passou a ser Comissão e que foi definida a composição observando as novas normas do CSJT.

Deu as boas-vindas aos novos integrantes e pediu a eles uma breve apresentação. A partir disso, Roberto (Coordenadoria de Comunicação Social), Dra. Ana Claudia (Juíza Auxiliar da Presidência), Evison (Coordenadoria de Projetos e Obras) e Gilberto (assistente social da Secretaria de Saúde) apresentaram-se e fizeram sua audiodescrição. Adelina também passou a integrar, mas justificou ausência nesta data. Ela representará a área de psicologia e de saúde.

Des. Rita aproveitou para solicitar o envio de suplentes ou substitutos, sempre possível, nas eventuais ausências dos componentes efetivos, quando se tratar de área que não tenha mais representantes nesta Comissão, a fim de que todas as áreas obrigatoriamente integrantes, conforme a Resolução 386/2024, estejam representadas.

1- Relatório anual de 2024:

Dra. Rita explicou que foi preparado pela Coordenadoria de Acessibilidade, Sustentabilidade e Integridade, da Assessoria de Gestão Estratégica, encaminhado e publicado o Relatório anual de 2024 na página da Comissão, <https://trt15.jus.br/institucional/estrutura-do-tribunal/acessibilidade-e-inclusao>, clicando no botão “Relatório anual”, ou por meio do link direto: <https://trt15.jus.br/sites/portal/files/roles/institucional/estrutura-do-tribunal/Comites-Comissoes/Relat%C3%B3rio%20anual%202024%20-%20Subcomit%C3%AA%20Acessibilidade%20-%20PROAD%2027899-2024.pdf>, para ciência de todos.

2- Ciência da [Portaria GP 101/2024](#), com composição atualizada e nomenclatura da Comissão;

3- Ciência do [Ato Regulamentar GP 022/2023](#), com atribuições do antigo Subcomitê, o qual será adequado para Comissão:

De forma semelhante, Dra. Rita deu ciência da publicação da nova portaria com a composição da Comissão e de que o Ato Regulamentar passará por alteração em breve, para adequação também do nome para Comissão, com base na Resolução CSJT 386/24, após análise da Presidência.

Ressaltou que deveremos observar com rigor as atribuições da Comissão e que o referido novo normativo do CSJT também previu a instituição de uma unidade específica de acessibilidade, que também terá as suas atribuições a cumprir, o que deverá ser objeto de melhor análise, até para efeito de definição de procedimentos e fluxos que podem vir a ser necessários, conforme haja demandas de acessibilidade provocadas pelas diferentes áreas, diante do disposto na Resolução, em especial em seu artigo 15.

#### 4- Calendário anual de reuniões para 2025:

Dra. Rita sugeriu reuniões trimestrais, além de contatos pelo grupo do chat. A próxima reunião seria em abril, sugerindo a segunda ou terceira semana do mês, quarta, ou sexta-feira. Colocou em votação e a maioria solicitou que fosse agendada para sexta-feira. Ficou combinado de sexta-feira, às 16h, na segunda semana do mês.

#### 5- Calendário/planejamento de ações:

##### 5.1- Nível de acessibilidade

##### 5.2- Eventos

##### 5.3- Elencar prioridades e objetivo do ano

Dra. Rita comunicou que haverá uma reunião dos coordenadores das Comissões com a Escola Judicial no dia 28 de janeiro, para tratar de eventos em conjunto, como possível seminário para setembro, havendo já data solicitada e designada para esse fim, mas que poderá vir a ser modificada, por exemplo, para a realização de atividade em conjunto com outra Comissão, Comitê ou Subcomitê. Tendo mais notícias, trará à Comissão, que pensará no planejamento de ações. Solicitou que o grupo reflita a respeito e dê sugestões de ações ou atividades, oportunamente.

#### 6 - [PROAD 21259/2024](#) - Análise sobre cumprimento da Resolução CSJT 386/2024:

Dra. Rita comentou sobre a ciência recebida pelo então Subcomitê, em 13/11/2024, por e-mail. Explicou que já houve encaminhamento pela Assessoria de Gestão Estratégica e pela Diretoria-Geral, contendo informação de que a Secretaria de Saúde seria a unidade responsável pelas providências relativas à acessibilidade no Tribunal.

No entanto, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora considerou que, de acordo com o art. 14 da Resolução CSJT 386/2024, os Tribunais precisam instituir uma unidade própria e exclusiva de acessibilidade e inclusão, ressaltando que há diversos aspectos da acessibilidade e inclusão, que envolvem diversas áreas, que não relacionados à Saúde.

Ressaltou que atualmente a Coordenadoria de Acessibilidade, Sustentabilidade e Integridade vem atuando constantemente em assuntos relacionados ao tema.

Dra. Daniela, após ressaltar o teor do referido art. 14, sugeriu que, a partir desta nova gestão, seja reavaliada a questão sobre ser a Secretaria de Saúde suficiente para atender as determinações da Resolução.

Dra. Rita propôs realizar uma manifestação no PROAD, no sentido de solicitar o cumprimento do art. 14 e, portanto, novos estudos para fins de criação da unidade exclusiva prevista no normativo. Completou que a Comissão já contempla a pluralidade necessária e que pareceres sobre demandas relacionadas à acessibilidade, à inclusão e aos direitos das pessoas com deficiência porventura solicitados, conforme artigo 15, seriam minutados pela unidade e submetidos à Comissão. Alertou que será necessário criar um fluxo para o devido funcionamento.

Maurício reforçou que também está previsto na norma que a unidade de acessibilidade passa a ser responsável por cadastrar os servidores, a partir de suporte das áreas de Saúde e de Gestão de Pessoas e com sistema informatizado.

Dra. Daniela indagou se atualmente a Secretaria de Saúde consegue atender a todas as novas atribuições elencadas na Resolução superior. Propôs que sejam realizados novos estudos.

Gilberto concordou que a Secretaria de Saúde é executora de algumas tarefas, mas para outras depende também de outras áreas, o que não se confunde nem se pressupõe a existência dessa unidade específica nem de fluxo autônomo.

Jairo manifestou-se favorável à criação de unidade própria, até para que exista um canal de atendimento a pessoas com deficiência, de onde possam ser iniciados os pedidos de equipamentos, novas tecnologias etc.

Fauzi completou que hoje a Secretaria de Saúde é que recebe esses pedidos e acaba entrando em contato com os próprios solicitantes para mais detalhes sobre a demanda e os devidos encaminhamentos.

A Comissão, então, concordou que seja levada proposta no PROAD no sentido do cumprimento do art. 14 e de novos estudos.

7 - [PROAD 22358/2024](#) - Levantamento do aprimoramento dos níveis de acessibilidade e inclusão, com apuração dos dados atuais e dos projetos em andamento, a partir do art. 17 da Resolução CSJT 386/2024. Ciência da Comissão para apoio aos estudos da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade com as áreas técnicas.

Dra. Rita comentou que Maurício compartilhou no chat uma minuta de pesquisa, para que todos possam opinar.

Atendendo solicitação da Des. Rita, Jorge colocou-se à disposição para pesquisar e redigir um texto sobre o dia 2 de abril - Dia Mundial de Conscientização do Autismo, com apoio do Maurício, da Coordenadoria de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade.

Dra. Rita propôs que sejam feitas campanhas ou banners para conscientização e divulgação das datas relacionadas à pessoa com deficiência e inclusão.

Maurício completou que, além das campanhas e relatórios, para o devido cumprimento das Resoluções vigentes, é necessário fazer um planejamento dos níveis de acessibilidade e inclusão, com apuração dos dados atuais e dos projetos em andamento, bem como um planejamento das ações, para que no final do ano isso seja comunicado ao Conselho Nacional de Justiça (Res. 401/2021).

Dra. Rita sugeriu que este ano a Comissão priorize o eixo comunicacional, dentre as dimensões que precisam ser abordadas em equidade e apuradas em níveis de acessibilidade, explicadas pelo Maurício: acessibilidade digital, de serviços, arquitetônica e urbanística, gestão de acessibilidade e comunicacional.

Pelo chat, a Comissão buscará debater o tema e montar definições e objetivos.

Evison relatou que há cerca de 117 prédios e instalações no âmbito do TRT-15.

A Comissão aprovou que a comunicação será o objetivo prioritário, pensando em ações que tragam conscientização, tanto interna como externamente.

A Comissão também aprovou que seja divulgada a página da Comissão a todo o Tribunal, por e-mail.

- Outros assuntos:

Dra. Rita registrou que indicou a servidora Mércia, que tem diferentes tipos de deficiência e atua no Tribunal e no sindicato, para representar a Comissão no Subcomitê de Combate ao Assédio.

Foram registrados os parabéns aos integrantes que gravaram vídeos para o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, 3 de dezembro.

Dra. Rita solicitou participação da Comunicação Social para novos vídeos, cards e campanhas, a partir da representação na Comissão, tendo total apoio do Roberto Babini.

Rodolfo sugeriu que a atualização da intranet contemple interação com softwares leitores de tela.

Por fim, foi colocado em discussão o questionário compartilhado no chat, para futura pesquisa sobre barreiras e acessibilidade a ser realizada no Tribunal. Dra. Flávia e Dr. Rafael opinaram que ficou muito bom e que atingiu a finalidade. Rodolfo e Jairo comentaram que o Google Forms é melhor para visualização e preenchimento que o Word. Maurício disponibilizará o formulário pelo chat, com a versão definitiva, para validação de todos, antes de a pesquisa ser submetida à Presidência. Rodolfo comentou que o acesso com o leitor de telas está bem responsivo. Sobre o formato de múltipla escolha ou dissertativa, a Comissão aprovou utilizar múltipla escolha, para ser mais abrangente e permitir uma análise posterior das respostas, de forma padronizada e quantitativa. Giuliana sugeriu acrescentar maior detalhamento sobre condição de teletrabalho, dias de acesso frequentes aos prédios etc. Gilberto propôs incluir a opção de identificação pessoal, sexo, gênero, idade, tipos de deficiência. A Comissão concordou com essas sugestões e Maurício atualizará o arquivo da pesquisa.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora agradeceu a presença e encerrou a reunião às 15h45.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce, Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês	Em	22/1/2025
Ata aprovada por	Desembargadora Coordenadora, Rita de Cássia Scagliusi do Carmo	Em	23/1/2025